5

A TRANSVERSALIDADE PARA PREVENÇÃO DAS ISTs NO ENSINO FUNDAMENTAL EM UMA ESCOLA DE UBERLÂNDIA/MG*

Tania Mayra Boaventura Caixeta

Eloy Alves Filho

Maria Virgínia Dias de Ávila

Introdução

As Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) constituem um grave problema de saúde pública em nível mundial, como apontam os dados epidemiológicos dos organismos internacionais. O Brasil não é uma exceção, pois apresenta os mesmos problemas, com o agravamento devido à desigualdade social.

A educação como um dever do Estado e da família pode e deve contribuir para a aprendizagem educacional, para a cidadania, para o mundo do trabalho e para a prevenção das ISTs, com o auxílio de professores qualificados, conscientes e comprometidos.

Segundo Brasil (2017), a Organização Mundial de Saúde (OMS) afirma que mais de um milhão de pessoas contraem uma ISTs por dia no mundo e, cada ano, cerca de 357 milhões de pessoas contraem uma das quatro ISTs: sífilis, clamídia, gonorreia ou tricomoníase. As estimativas quanto ao acometimento de infecções sexualmente transmissíveis na população ativa, a cada ano, são: Sífilis: 937.000; Gonorreia: 1.541.800; Clamídia: 1.967.200; Herpes genital: 640.900; HPV: 685.400. Por outro lado, a identificação de novos casos de AIDS no Brasil tem se estabilizado nos últimos dez anos, com uma média de 20,7 casos para cada 100 mil habitantes.

A ação conjunta da saúde e educação no espaço escolar é fundamental para se desenvolver uma educação sexual também por meio da prevenção das ISTs, junto aos adolescentes no ambiente escolar. Isso porque a educação é a peça chave para o desenvolvimento da pessoa, da sociedade e do país.

Desse modo, requer-se a união dos profissionais da saúde e de professores para se desenvolverem metodologias criativas e atrativas para serem desenvolvidas com os alunos, visando abordar a prevenção contra as ISTs entre os jovens, conscientizando-os para uma vida sexual saudável e não transmissora de doenças.

*DOI – 10.29388/978-65-86678-49-9-0-f.87-102

Carneiro (2015) alerta que urge implementar propostas de prevenção de doenças e promoção de saúde para essa população. Nessa etapa da vida, risco e vulnerabilidade estão atrelados às características próprias do desenvolvimento psicoemocional. Por um lado, o sentimento de imunidade, a onipotência, o desejo de experimentar coisas novas; por outro, a timidez e a baixa autoestima podem tornar os adolescentes potencialmente frágeis, levando-os a soluções externas inadequadas para seus problemas, como o uso de drogas.

As questões da educação em saúde sexual com adolescentes devem ser cuidadosamente trabalhadas, especialmente no ambiente escolar, mais precisamente na sala de aula, com a função de conscientizar os jovens e se prevenir contra as ISTs. Desse modo, requer-se a união dos trabalhos dos profissionais da saúde e dos educadores, desenvolvendo meios para se promover a saúde no ambiente escolar.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), a educação sexual deve ser instituída como tema transversal nas disciplinas das instituições de educação básica, visto que a escola é apontada, pelo Ministério da Educação, como um importante instrumento para veicular informação sobre formas de evitar gravidez e de se proteger das ISTs (BRASIL, 1998).

A escola e o professor podem auxiliar os alunos a compreenderem melhor esse universo (LOPES, 2016). Mesmo tendo sido realizados numerosos estudos com adolescentes, enfrentamos epidemias das IST/ AIDS no país. Só de HIV, uma das mais graves ISTs, houve aumento principalmente entre os mais jovens. Na faixa etária dos 20 aos 24 anos, a taxa de detecção subiu de 16,2 casos por 100 mil habitantes, em 2005, para 33,1 casos em 2015, informou o Ministério da Saúde (BRASIL, 2017). O país tem registrado, anualmente, uma média de 41,1 mil casos novos de HIV nos últimos cinco anos (BRASIL, 2017).

A escola é, então, um ambiente adequado para o desenvolvimento de ações educativas, atuando nas diferentes áreas dos saberes humanos, uma vez que, por se tratar do cotidiano dos adolescentes, onde permanecem a maior parte do dia, sentem-se seguros para expressarem suas dúvidas, medos e sentimentos (CARNEIRO, 2015).

Assim sendo, as Infecções Sexualmente Transmissíveis constituem-se um problema de saúde pública podendo ser minimizadas por meio da educação escolar com a participação direta de professores qualificados.

Por isso considera-se importante uma formação continuada para professores no que se refere à educação sexual e à prevenção de infecções sexualmente transmissíveis aos adolescentes no ensino fundamental II, pois o tema não perde sua relevância, mas as técnicas, os conceitos e as formas de abordagens são altamente mutáveis.

Em razão do exposto, para este capítulo, estabeleceu-se como objetivo a compreensão, a análise dos conteúdos e das práticas educativas abordadas sobre educação sexual e a prevenções das ISTs no espaço escolar.

Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs): breves apontamentos

As ISTs são causadas por bactérias, vírus ou outros microrganismos e sua transmissão se dá, predominantemente, por meio de contato sexual sem o uso de preservativos, masculino ou feminino, com uma pessoa infectada. Pode acontecer também por contaminação vertical de mãe para filho durante a gestação, no momento do parto e/ou da amamentação (BRASIL, 2011a). Ocorre também por meio da transfusão de sangue contaminado, pelo contato indireto pelo compartilhamento de utensílios pessoais (como roupas íntimas), seringas e outros objetos mal higienizados (BRASIL, 2011a).

Na maior parte dos casos, as ISTs são assintomáticas, porém estes agentes podem ocasionar uma grande multiplicidade de sintomas e manifestações clínicas (MARTINS et al, 2018). Em razão disso, há uma preocupação com a população jovem. Segundo dados da OMS, a maioria dos jovens dá início à sua vida sexual ativa cada vez mais cedo, geralmente entre 12 e 17 anos (CASTRO et al, 2004).

Por esta razão, podem-se aumentar as chances de exposição a uma infecção, em função de praticarem sexo desprotegidos, seja por falta de conhecimento adequado e/ou equivocadas informações. É indispensável para esta faixa etária, facilitar o acesso às informações corretas no âmbito da sexualidade, no que se refere aos riscos, precauções e cuidados, principalmente, devido ao início da vida sexual (SILVA, 2015).

Atualmente, as mídias sociais se tornaram parte integrante da vida diária dos adolescentes. Nessa linha de pensamento, Cookingham e Ryan (2015) afirmam que, embora o advento da internet tenha aumentado a dispersão de informação e a comunicação em todo o mundo, também teve um impacto negativo no bem-estar sexual e social de muitos usuários e adolescentes. Pode-se dizer que a quantidade de informação repassada por esses veículos de comunicação não significa, necessariamente, qualidade e muito menos difusão de cuidados relacionados à sua saúde.

Neste sentido, Silva (2013) pondera que os adolescentes saturados com informações superficiais e equivocadas por meio das mídias, como a exploração do corpo humano com chamadas sobre sexo de maneira inapropriada para a idade e sem conotação de saúde e responsabilidade, tornando-os ainda mais vulneráveis para a preparação para a vida adulta.

Essa vulnerabilidade vivenciada pelos jovens deve ser um indicador para a elaboração e planejamento de ações para saúde sexual e reprodutiva que visem à realização de cuidados holísticos e sensíveis que podem ser viabilizados pelos sistemas de saúde e educacionais (BRASIL, 2009).

Sabe-se que a população jovem é considerada a mais vulnerável às ISTs, principalmente HIV (BRASIL, 2011a). Estima-se que, no Brasil, a cada ano, quatro milhões de jovens tornam-se sexualmente ativos e que ocorram cerca de 12 milhões de ISTs ao ano, das quais, um terço em indivíduos com menos de 25 anos (CASTRO et al, 2004).

A condição de epidemia foi estabilizada, mas o surgimento de 39 mil novos casos ao ano, ainda ressalta o quanto é importante investir em ostensiva orientação aos mais jovens, inclusive nas operadoras de saúde. O ministério persegue a meta 90-90-90 das Nações Unidas contra a AIDS 90% de pessoas testadas, 90% tratadas e 90% com carga viral indetectável até 2020.

Apesar de as informações sobre as ISTs circularem livremente, sobretudo nos dias atuais com o uso intenso das redes sociais, o jovem brasileiro não se preocupa em se prevenir. Seja por não ter tido contato com alguém doente ou por acreditar que “isso nunca vai acontecer” com ele.

Outra ISTs que preocupa as autoridades é a sífilis, devido ao disparo no número de casos. A doença pode provocar sequelas graves para a vida toda. Desde 2010, percebe-se isso em relação à sífilis. Os dados de notificação mostram o aumento não só de sífilis adquirida (por transmissão sexual) em adultos, mas também da congênita, transmitida da mãe para o bebê, que pode ocorrer durante toda a gestação (BRASIL, 2012a).

Dados do Ministério da Saúde apontam que, entre os anos de 2014 e 2015, a sífilis adquirida teve um aumento de 32,7%, a sífilis em gestantes 20,9% e congênita, de 19%. Em 2015, o número total de casos notificados de sífilis adquirida no Brasil foi de 65.878. No mesmo período, a taxa de detecção foi de 42,7 casos por 100 mil habitantes e a maioria é em homens, 136.835 (60,1%) (BRASIL, 2015)

Em Uberlândia, cidade local da pesquisa, dados obtidos pelo setor gestão de informações hospitalares e setor de estatísticas e informações hospitalares do Hospital de Clínicas da Universidade Federal (HCU-UFU), que é destaque como uma das principais referências para atendimento médico hospitalar da região do Triângulo Mineiro, estão apresentados na Tabela 1. Os dados demonstram representatividade significativa de número de casos de infectados por ISTs tanto na vida do adolescente como no período da gestação, inclusive causando problemas de agravamento da doença e prejudicando a saúde das pacientes grávidas, levando a disseminando as ISTs por meio da contaminação transversal.

Tabela 1: Atendimento HC UFU das ISTs, no período de 2014 a 03/2020 na faixa etária de 10 a 19 anos.

Infecção Sexualmente Transmissíveis	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	TOTAL
Infecção pelo vírus da Imunodeficiência humana HIV/AIDS	22	17	10	34	45	24	5	113
Estado de Infecção assintomática pelo vírus da Imunodeficiência HIV	14	4	8	16	10	11	5	68
Sífilis de diversas formas nas manifestações clínicas	5	5	1	16	26	32	4	89
Papilomavírus	1	1	3	9	11	8	-	33

Fonte: HCU-UFU

Conforme dados da Tabela 1, verifica-se que são muitos os casos de doenças pelo vírus da Imunodeficiência Humana HIV/AIDS, destaca-se também os casos de Sífilis. Cabe ressaltar que, dentro do mesmo ano, os pacientes estão contados distintos, ou seja, uma mesma paciente é contada apenas uma única vez, porém ela pode aparecer novamente em ano diferente.

Segundo o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas de Infecções Sexualmente Transmissíveis, algumas infecções possuem altas taxas de incidência e prevalência, apresentam complicações mais graves em mulheres, e facilitam a transmissão do HIV. E ainda podem ser associados à culpa, ao estigma, à discriminação e à violência, por motivos biológicos, psicológicos, sociais e culturais (BRASIL, 2015). Os dados que constam no levantamento estatístico do atendimento HC UFU das doenças pelo vírus da Imunodeficiência Humana HIV/AIDS e casos de Sífilis no período de 2014 a 03/2020, totalizando 303 casos, se apresentam dentro da equivalência das estatísticas nacionais.

Neste levantamento, nota-se um número expressivo de casos no período de 2014 a 2019 de pacientes infectados e/ou portadores do HIV/AIDS, totalizando 183 pacientes distintos. No caso do HIV/AIDS, os dados estatísticos mostraram que no ano de 2019 foram identificadas 24 pacientes com a doença, 14 casos a mais se comparados ao ano de 2016, porém identificando um decréscimo em comparação ao ano anterior de 2018 com 45 casos. No ano de 2020, até março já tinha sido contabilizado 5 casos.

No período de 2014 a 03/2019, se compararmos os números de casos de adolescentes grávidas infectadas com vírus HIV/AIDS e adolescentes grávidas com vírus da Sífilis, constatamos um crescimento exponencial, conforme se constata na Tabela 2. A primeira classificação apresentou 38 casos e a segunda 185 incidências, totalizando 150 casos a mais que a contaminação com HIV/AIDS. Apesar do método preventivo aplicado atualmente para as

duas patologias ser o mesmo, o uso do condon, a popular camisinha, durante o coito ser de custo relativamente baixo ou até mesmo distribuído gratuitamente pela rede pública de saúde, a incidência destas doenças continua a crescer.

Tabela 2: Gestações com faixa etária entre 10 e 24 anos

Gravidez	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total
Gravidez Saudável (sem IST)	432	287	155	256	332	331	120	1913
Gravidez com Sífilis	17	23	33	48	50	52	20	273
Gravidez com Infecção Gonocócica	-	-	-	-	1	-	2	2
Gravidez com Papilomavirus	-	-	3	2	2	1	-	8
Gravidez com AIDS	7	5	4	4	-	-	4	24
Gravidez com HIV	5	3	9	6	8	7	-	38
Total por ano	461	318	204	316	393	391	146	2258

Fonte: HCU-UFU

Os dados possibilitam analisarmos que, no mesmo período de 2014 a 03/2020, foram notificados pelo Hospital das Clínicas da UFU 243 adolescentes infectadas pela Sífilis em estado de gestação. Este fenômeno tanto no momento do parto como no pós-parto imediato pode acarretar em agravamento da saúde da mãe e também do filho, levando a sérias complicações, colocando em risco a vida da gestante e do feto.

É possível perceber nas tabelas 1 e 2 que, no período de 2014 a 2019, os casos de gravidez na adolescência portando sífilis passaram de 17 casos para 52 casos, com um acréscimo de mais de 100%. Em 2019 foram contabilizados 52 casos e em 2020 até o mês de março haviam 20 casos, confirmando relevante crescimento contínuo das doenças na região de Uberlândia.

Realizando uma análise de gestantes adolescentes saudáveis em comparação com a somatória das gestantes que se apresentam com sífilis, AIDs e HIV, encontra-se uma porcentagem de 16,5% de gestantes adolescentes infectadas num período de 2014 a 2019.

Em razão do exposto, a educação sexual, na fase da adolescência, não deve ser de forma punitiva, considerando a importância da consciência dos preconceitos e das dificuldades secularmente vivenciadas como a desinformação e a repressão sexual.

As disciplinas de Biologia, Ciências, Educação Física, Língua Portuguesa, História, etc, enfim, o tema pode ser tratado de forma transversal

em todos os conteúdos e o longo do período letivo. Segundo Silva (2015), professores dessas disciplinas acabam sendo os principais e, às vezes, os únicos responsáveis por trabalhar o assunto com os alunos e, ainda assim, somente com o conteúdo trazido nos livros didáticos que se resumem à fisiologia da reprodução, anatomia e temas tradicionais da adolescência como a prevenção da gravidez e das DSTs/AIDS.

Percurso metodológico

Elegeu-se como metodologia a pesquisa qualitativa na modalidade de pesquisa de campo utilizando como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada e um roteiro previamente estabelecido para despertar o interesse e comprometimento do sujeito da pesquisa. Segundo Duarte (2013), a pesquisa qualitativa é traduzida por aquilo que não pode ser mensurável, pois a realidade e o sujeito são elementos indissociáveis. Assim sendo, quando se trata do sujeito, levam-se em consideração seus traços subjetivos e suas particularidades.

A pesquisa foi realizada em uma escola municipal rural, localizada na região de Sobradinho, no município de Uberlândia/MG¹, a qual atende 100 alunos do ensino fundamental de ambos os sexos. Buscou-se analisar os saberes dos professores² e as práticas utilizadas em sala de aula a respeito da educação sexual com um olhar voltado para a prevenção das ISTs, junto aos alunos na fase da adolescência. Participaram da pesquisa profissionais da área da educação da rede pública de ensino, os quais atuam junto às crianças e adolescentes na Escola Municipal de Sobradinho. Foram entrevistados 11 profissionais, dos quais dez professores e um pedagogo. Destes professores, dois são da grande área das Ciências Exatas, três das Ciências Humanas e um das Ciências Biológicas.

A coleta dos dados se deu de forma individual e colaborativa por meio de uma entrevista semiestruturada com roteiro, no período de fevereiro a março de 2020. Possibilitou avaliar junto com os professores a importância e a necessidade ou não de tratar o tema em sala de aula. Foi possível também identificar as lacunas sobre o tema, com a finalidade de elaborar uma proposta de formação continuada para os professores do ensino fundamental, contendo ações e/ou práticas educativas.

¹ Este capítulo divulga parte das análises apresentadas na dissertação de Mestrado “Educação e saúde: uma proposta transversal para prevenção das ISTs no ensino fundamental em uma escola de Uberlândia, M.G, defendida no ano de 2020, na Universidade de Uberaba.

² O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética da UNIUBE, via Plataforma Brasil, sendo aprovado no dia 20 de novembro de 2019, por meio do parecer: 3.716.399.

Nas análises do conjunto de dados foram utilizados os conceitos de Bardin (2011), que considera a análise de conteúdo como um:

[...] conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 2011, p. 47).

Realizou-se um minucioso trabalho para elaboração desta análise conservando a integridade dos dados coletados até a produção dos resultados, com o devido cuidado para se manter a descrição fidedigna das respostas.

Para compilar as informações analisadas utilizaremos registros escritos e verbalizados, garantindo a confidencialidade. Após uma investigação detalhada dos elementos, agrupando as partes em comum a que cada um destacou, a categorização permitirá uma melhor leitura.

Segundo Bardin:

A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo a analogia, com os critérios previamente definidos. (BARDIN, 2011, p. 147)

O processo classificatório é notável na análise de uma atividade científica. As categorias apresentadas por Bardin (2011) serão analisadas nas discussões dos resultados.

As Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) pelo olhar dos docentes de uma escola rural do município de Uberlândia/MG

O uso de preservativos e a adoção de medidas e atividades educativas, por meio da constante informação, são fatores que contribuem para o declínio das taxas crescentes destas doenças, reduzindo também os custos para o sistema de saúde e as complicações relacionadas à qualidade de vida da população jovem. Diante desses dados assustadores e crescentes, devem-se tomar precauções e medidas a fim de evitar essa aceleração dos casos infectados de gravidez principalmente na adolescência.

Com isso, uma das soluções cabíveis, discutidas com os profissionais da educação na escola estudada, é o aprimoramento por meio da formação continuada dos professores para informar melhor tanto os alunos adolescentes quanto os pais acerca das ISTs, das suas consequências e das prevenções cabíveis.

Foram elencadas algumas categorias de análise descritas por Bardin (2011) que permearam o entendimento da situação da abordagem do tema junto aos alunos.

Categoria A- Percepção e importância da abordagem pelos professores, sobre educação sexual, no que se refere às prevenções das IST.

Os professores, ao serem indagados sobre sua concepção a respeito das ISTs, apresentaram um sentimento de preocupação a respeito da abordagem. Consideraram a prevenção das IST como um tema importante, especialmente na adolescência, considerando a relevância social conferida pela ocorrência de IST e AIDS e gravidez nesta faixa etária. O conhecimento sobre os métodos contraceptivos e os riscos advindos de relações sexuais desprotegidas é fundamental para que os adolescentes possam vivenciar o sexo de maneira adequada e saudável, assegurando a prevenção da gravidez indesejada e das IST /AIDS, além de ser um direito que possibilita cada vez mais ao ser humano o exercício da sexualidade desvinculado da procriação.

Quanto à consideração se as ISTs seriam um problema de saúde pública simples ou grave, a participação dos professores deixa claro, quando 90% dos participantes consideram que é um problema grave. Segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 2015), considera-se que as ISTs são um grave problema de saúde pública por ocorrer com alta frequência na população e têm múltiplas apresentações clínicas.

Categoria B- Autopercepção da participação nas ações de formação continuada, durante a trajetória docente, em que foram abordados temas sobre educação sexual.

No levantamento dos dados, 40% dos participantes estiveram em palestras, participaram de grupo de estudos e acessaram páginas de órgãos governamentais que se reportam ao tema. Ações consideradas importantíssimas para ampliarem os conhecimentos e práticas sobre o assunto.

No diálogo sobre a necessidade de se ter profissionais da saúde no espaço escolar para auxiliarem na construção do tema de forma transversal e colaborativa, entenderam que poderiam contribuir, sobremaneira, para a formação e informação dos professores. Com estes subsídios e conteúdo, poderiam conscientizar os adolescentes a respeito da prevenção das ISTs na sala de aula de forma mais técnica e educativa.

Categoria C – Participação colaborativa dos professores na construção de novos saberes a respeito da educação sexual e as prevenções das IST e sua aplicabilidade.

Outro aspecto inquirido aos professores foi: qual seria sua opinião em se trabalhar na escola com os adolescentes o tema das Prevenções das ISTs e quais suas consequências para a sociedade. Analisando essas respostas compreende-se a preocupação de todos os professores quanto a relevâncias do

trabalho da Educação sexual e das prevenções das ISTs no espaço escolar. Destaca-se a afirmação de um dos professores participantes, que salienta:

O assunto é abordado, mas não com ênfase em ISTs. Quando se conversa a respeito da educação sexual, é superficial e não existe uma metodologia adequada para conscientizar os adolescentes sobre a importância de se prevenir contra as ISTs. (PARTICIPANTE 1).

Sugere-se desenvolver a criticidade nos educandos, a fim de que se possibilite o repensar de novas estratégias de ensino, visto que os temas relacionados à educação sexual são abrangentes e do interesse direto dos jovens, da escola, bem como de toda sociedade.

Pode-se constatar, por meio da pesquisa, que na escola tem uma escassez de atividades voltadas para a prevenção das ISTs, por meio da educação sexual. E essa ausência pode revelar algum despreparo, pouca informação e a insegurança dos professores para abordarem do tema com os alunos de forma aberta e transparente.

Essa realidade revela a necessidade de se promover uma educação continuada sobre o tema para os professores. Pode ser elaborada de forma colaborativa e participativa com profissionais da saúde, principalmente de enfermeiro.

A prática das teorias de enfermagem vem, historicamente, operando para o desenvolvimento da construção da enfermagem, permitindo aos profissionais expor e elucidar aspectos que fazem parte da sua realidade assistencial. Como importante exemplo, o auxílio para o autocuidado. Adolescentes não podem ser considerados nem criança, nem adulto. Evidencia-se a dificuldade em se definir como indivíduo, em assumir seu papel social e suas novas responsabilidades, inclusive com o autocuidado.

A Teoria do Autocuidado engloba a atividade de autocuidado e a sua exigência terapêutica. O autocuidado deve ser realizado de forma efetiva para manter a integridade e o funcionamento estrutural. É uma prática apreendida e uma ação deliberada realizada de forma contínua de acordo com os estágios de crescimento, amadurecimento, estado de saúde e fatores ambientais do indivíduo (OREM, 2001).

Assim, ao longo da vida, o autocuidado é aprendido e ajustado continuamente a depender da fase de desenvolvimento, dos recursos disponíveis e das necessidades da pessoa. Para Orem (2001), ação de autocuidado é a competência do indivíduo para engajar-se no cuidado de si mesmo e envolve atitudes de tomada de decisões voluntárias e intencionais. É a capacidade humana na promoção do autocuidado.

Categoria D – Análise do envolvimento da equipe pedagógica na elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola e da contemplação da questão da educação sexual e as prevenções das ISTs.

Por meio da análise das falas e nota de campo, bem como pesquisa no PPP, a questão do tema educação sexual e as prevenções das ISTs não é tratada de forma enfática ou mesmo pontual no Projeto Político Pedagógico da escola. Evidencia-se uma lacuna na efetividade de ações, de práticas educativas ou de atividades específicas sobre a temática. Segundo um dos sujeitos da pesquisa o problema “Foi tratado como temas a serem abordados em oficinas ou palestras”. (D6) mas não inserido no Projeto Político Pedagógico.

A escola faz parte do ambiente do cotidiano dos adolescentes, onde acontecem a permanência, o convívio diário entre colegas e professores. Este convívio favorece uma relação de familiaridade, onde se sentem seguros para expressar suas dúvidas, medos e sentimentos e buscarem colaborativamente, com a participação de um professor, soluções para seus problemas e angústias.

Dessa forma, a formação continuada na visão dos sujeitos da pesquisa foi vista como uma oportunidade para atualização de novos conteúdos, conceitos, técnicas de inovadoras além de novas práticas educativas em sala de aula. Segundo Libâneo (2004, p. 227),

O termo formação continuada vem acompanhado de outro, a formação inicial. A formação inicial refere-se ao ensino de conhecimentos teóricos e práticos destinados à formação profissional, completados por estágios. A formação continuada é o prolongamento da formação inicial, visando o aperfeiçoamento profissional teórico e prático no próprio contexto de trabalho e o desenvolvimento de uma cultura geral mais ampla, para além do exercício profissional. (LIBÂNEO, 2004, p. 227).

O docente precisa tomar consciência de que esse processo deverá estar presente em toda a sua vida profissional, enriquecendo sua prática, e proporcionando mudanças ao longo de sua carreira, enriquecendo o seu currículo profissional e colaborando com a formação de um indivíduo mais crítico, criativo, capaz de ir buscar um futuro melhor.

Considerações finais

Constatou-se, por meio da pesquisa, que a falta de informação é um dos empecilhos para a introdução da educação sexual a respeito da prevenção das ISTs, nas instâncias socioeducacionais, pois o profissional necessita obter os aportes teórico e técnico para se apropriar do assunto. Por isso os profissionais da educação que trabalham com adolescentes precisam ser melhor

informados e capacitados sobre educação sexual e as prevenções das ISTs para esclarecerem e conscientizarem os jovens.

Neste sentido, reforça-se a importância da solidariedade, da amorosidade e do incentivo para o ensino aprendizagem em todos os seus seguimentos, com uma alusão esperançosa de Paulo Freire (1996) para quem o ato de ensinar exige risco, aceitação do novo e rejeição a todas formas de discriminação.

No campo da pedagogia, Freire (2014) propõe uma nova forma de educar: a educação problematizadora, que gera consciência no indivíduo inserido no mundo no qual vive, a ideia de que deve existir uma troca contínua de saberes. Esta educação motiva uma criação de concepção crítica e sistemática dos fatos. “Ademais, a educação problematizadora se faz assim um esforço permanente através do qual os homens vão percebendo, criticamente, como estão sendo no mundo com que é em que se acham”. (FREIRE, 2014, p. 100).

O autor ainda evidencia a prática do diálogo como a essência da educação como de liberdade e dialogicidade, destacando que o “[...] diálogo é uma exigência existencial. E o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado”. (FREIRE, 2014, p. 109)

Os educadores e os profissionais de Saúde são personagens fundamentais para o processo educacional e na constituição de cidadãos conscientes de suas responsabilidades, com pensamentos analíticos e reflexão e crítica dos fatos. Devemos conscientizá-los de seu papel social e, principalmente, os fazer protagonistas e multiplicadores do saber (ARAÚJO, 2014).

Há uma aliança entre a educação e a saúde, uma relação de debate que se volta para a integralidade do ser humano. Neste sentido, a intervenção não é somente levar a escola a refletir sobre suas práticas e saberes, mas também, tornar essa reflexão fértil e eficaz para o processo de ensino e aprendizagem.

Além de sua formação inicial acadêmica, o docente deve estar disposto a se aperfeiçoar, inovar, buscar um diferencial para suas aulas, através de práticas pedagógicas que estimulem o aluno em sua aprendizagem, fazendo com que o estudante associe o conteúdo à prática na vida cotidiana.

O profissional prudente faz escolhas alicerçado no conhecimento científico, constrói seu conhecimento considerando a diversidade social, cultural, econômica, política e humana. Os profissionais da educação também estão conscientes de seu inacabamento, ou seja, reconhecem a necessidade de formação contínua para atualizar conhecimentos e acompanhar a modernização tecnológica, as características da sociedade em mudança e sobretudo a qualidade contínua da educação.

As contribuições da pesquisa apontam que a formação continuada em educação sexual na prevenção das ISTs para o professor, com o professor e pelo professor requer múltiplas discussões, que necessitam de uma análise contínua e detalhada. Todavia representa uma alteração na estrutura do desenvolvimento pessoal e profissional, levando o trabalho docente a mudanças. Promove uma reflexão intencional e problematizadora da prática do professor na escola, bem como, sobre suas responsabilidades com a formação integral dos jovens, educação, saúde e prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis.

Referências

- ARAÚJO, P. F. de. **A escola como locus de educação sexual e prevenção das DST/ HIV/AIDS**: comunicação e diálogo entre professores, pais e alunos adolescentes. Fortaleza: UFCE, disponível em: http://bdt.ibict.br/vufind/Record/UFOR_54fc6cda4ef41da1a528bc29d01cff86. Acesso em: 14 set. 2019.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 70. ed. São Paulo: Edições, 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental. Introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2019
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde na escola**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_24.pdf. Acesso em: 15 set. 2019.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Dados e pesquisas em DST e Aids**. jan. 2011. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pagina/dst-1>. Acesso em: 11 set. 2019.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Boletim Epidemiológico – Sífilis**. v. 47, n. 35 Brasília: , 2012. Disponível em: http://portal.arquivos.saude.gov.br/images/pdf/2016/outubro/31/2016_030_Sifilis-publicacao2.pdf. Acesso em: 11 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis**. Brasília: Ministério da Saúde, 13 de novembro de 2015.

Disponível em:

http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolo_clinico_diretrizes_terapeutica_atencao_integral_pessoas_infecoes_sexualmente_transmissiveis.pdf.

Acesso em: 11 set. 2019.

BRASIL. **Estudo de Prevalência e Frequências Relativas das DST** - MS. Secretaria de Vigilância à Saúde, PN DST/Aids. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

CARNEIRO, R. F. et al. Educação sexual na adolescência: uma abordagem no contexto escolar. **Revista de Políticas Públicas- SANARE**, Sobral, v. 14, n. 01, p. 104-108, jan./jun. 2015.

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M.; SILVA, L. B. **Juventudes e sexualidade**. Brasília: UNESCO, 2004.

COOKINGHAM, L.M.; RYAN, G.L. O impacto das redes sociais no bem-estar sexual e social dos adolescentes. **J Pediatr Adolesc Gynecol**, v. 28, n. 1, p. 2-5, fev., 2015.

DUARTE, V. M. do N. **Pesquisa Quantitativa e Qualitativa**. Goiânia, Série Monografias Brasil Escola, 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996

REIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 36. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

MARTINS, D. C. et al. Comportamento sexual e infecções sexualmente transmissíveis em mulheres de apenados. **Rev. Latino-Am**, Ribeirão Preto, v. 26,n. 1, p. 1-9, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692018000100356&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 02 ago. 2020

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola – Teoria e Prática**. Goiania: Alternativa, 2004.

LOPES, E. M; DEFANI, M. A. Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE. PARANÁ: UEM .

OREM, D. E. **Nursing: Concepts of practice**. 6. ed. St. Louis: Mosby, 2001.

SILVA, A. O. **A Problemática da abordagem das doenças sexualmente transmissíveis pelos professores de ciências e biologia de escolas públicas:** uma realidade da Sorocaba. 2013. Dissertação. (Mestrado em

Educação) Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Disponível em:

<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/9468/1/Amanda%20de%20Oliveira%20Silva.pdf>. Acesso em: 23 maio 2019.

SILVA, R. da. Quando uma escola de ópera na conscientização dos jovens adolescentes não combate às DST's. **Educ. ver**, Curitiba, v. 18 n. 57, p. 221-238, set. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602015000300221&lng=en&nrm=iso. Acesso

em: 24 jul. 2020.